



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

SENTENÇA

Processo nº: **0016257-03.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Assistência Judiciária Gratuita**
 Impugnante: **Aymore Credito Financiamento e Investimento Sa**
 Impugnado: **Aristeu Santos**

Juiz de Direito: Dr. **Vilson Palaro Júnior**

Proc. nº 298/13/01

Vistos etc.

AYMORE CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A., já qualificada, impugnou o pedido de assistência judiciária gratuita requerido e concedido a ARISTEU SANTOS, também qualificado, pleiteando a revogação do benefício, alegando que o beneficiado não comprovou seu estado de pobreza declarado de modo que não faz jus ao benefício concedido.

O impugnado respondeu alegando ter direito a tal benefício pois, conforme documentos que junta, encontra-se aposentado, percebendo benefício junto ao INSS no valor líquido de R\$955,15, não tendo condições de arcar com as custas do processo, além do que a Constituição Federal em seu art. 5º, LXXIV, inclui dentre os direitos e garantias fundamentais do cidadão, a assistência judiciária gratuita, consolidada pela declaração de pobreza juntada aos autos, razões pelas quais pleiteou a rejeição da presente impugnação.

É o relatório.

DECIDO.

Realmente, improcede o pedido de revogação do benefício.

Com efeito, a impugnante não fez qualquer prova no sentido de dar sustentação aos fatos nos quais firmou seu pleito. Assim, atento à distribuição do ônus probatório, de rigor afirmar-se que *probatio incubit qui dicet*, bem como que *iudex debe iudicare secundum allegata et probata partium*, ou seja, que a prova incumbe a quem afirma e que ao juiz cumpre julgar segundo o alegado e provado pelas partes (cf. VICENTE GRECO FILHO ¹).

Em favor do autor/impugnado, há o fato de ter firmado a declaração de pobreza, documento que de acordo com o estabelecido pelo art. 2º da Lei 1.060/51, cria a presunção legal de “necessidade”, de modo que mostra-se de rigor se o ter como impossibilitado de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família, ainda mais levando em conta os documentos de fls.11/15, dando conta de que esteja o autor/impugnado aposentado pelo INSS.

Isto posto JULGO IMPROCEDENTE a presente impugnação e MANTENHO ao impugnado ARISTEU SANTOS os benefícios da assistência judiciária gratuita, ressalvando-se que se houver mudanças em sua condição econômica, de acordo com os termos legais, a presente

¹ VICENTE GRECO FILHO, *Direito Processual Civil Brasileiro*, 16ª ed., 2003, Saraiva, SP, n. 43.5.2, p. 188.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

decisão poderá ser revista. Sem custas e honorários advocatícios por ser medida incidental do processo principal.

P. R.I.

Vistos, etc.

AYMOREÉ CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A., já qualificada, impugnou o pedido de assistência judiciária gratuita requerido e concedido a ARISTEU SANTOS, também qualificado, pleiteando a revogação do benefício, alegando que o beneficiado não comprovou seu estado de pobreza declarado de modo que não faz jus ao benefício concedido.

O impugnado respondeu alegando ter direito a tal benefício pois, conforme documentos que junta, encontra-se aposentado, percebendo benefício junto ao INSS no valor líquido de R\$955,15, não tendo condições de arcar com as custas do processo, além do que a Constituição Federal em seu art. 5º, LXXIV, inclui dentre os direitos e garantias fundamentais do cidadão, a assistência judiciária gratuita, consolidada pela declaração de pobreza juntada aos autos, razões pelas quais pleiteou a rejeição da presente impugnação.

É o relatório.

DECIDO.

Realmente, improcede o pedido de revogação do benefício.

Com efeito, a impugnante não fez qualquer prova no sentido de dar sustentação aos fatos nos quais firmou seu pleito. Assim, atento à distribuição do ônus probatório, de rigor afirmar-se que *probatio incubit qui dicet*, bem como que *iudex debe iudicare secundum allegata et probata partium*, ou seja, que a prova incumbe a quem afirma e que ao juiz cumpre julgar segundo o alegado e provado pelas partes (cf. VICENTE GRECO FILHO ²).

Em favor do autor/impugnado, há o fato de ter firmado a declaração de pobreza, documento que de acordo com o estabelecido pelo art. 2º da Lei 1.060/51, cria a presunção legal de “necessidade”, de modo que mostra-se de rigor se o ter como impossibilitado de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família, ainda mais levando em conta os documentos de fls.11/15, dando conta de que esteja o autor/impugnado aposentado pelo INSS.

Isto posto JULGO IMPROCEDENTE a presente impugnação e MANTENHO ao impugnado ARISTEU SANTOS os benefícios da assistência judiciária gratuita, ressalvando-se que se houver mudanças em sua condição econômica, de acordo com os termos legais, a presente decisão poderá ser revista. Sem custas e honorários advocatícios por ser medida incidental do processo principal.

² VICENTE GRECO FILHO, *Direito Processual Civil Brasileiro*, 16ª ed., 2003, Saraiva, SP, n. 43.5.2, p. 188.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

P. R.I.

São Carlos, 07 de fevereiro de 2014.